

Votação de 8 horas terminou na madrugada

ROSA COSTA

BRASÍLIA — O governo fechou um acordo com o PMDB e o PSDB e, na última hora, o Congresso Nacional aprovou ontem de madrugada projeto de conversão da Medida Provisória 295 (que congelou preços e salários), aumentando o salário mínimo para Cr\$ 17 mil em março e Cr\$ 20 mil em abril. O PDT e o PT acharam insuficientes esses valores e votaram contra o acordo, acusando o PMDB e o PSDB de trair os trabalhadores. A votação terminou às 5 da manhã, com o plenário cheio e grande participação de deputados e senadores, apesar do cansaço. Muitos cochilaram entre as votações.

O projeto obteve voto favorável de 286 dos 394 deputados presentes. Na votação simbólica do Senado, apenas os parlamentares do PDT e do PT votaram contra. O plenário permaneceu lotado durante as oito horas de votação, iniciada às 21 horas. O presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), atribuiu isso “à disposição do novo Congresso”.

A defesa da aprovação feita pelo líder do PSDB, José Serra (SP), e pelo líder do PMDB, Genebaldo Correa (BA), tornou-se o alvo das críticas da esquerda. “Os senhores romperam o acordo para melhorar a situação do trabalhador e fecharam com o governo”, afirmou o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ).

Serra ironizou os ataques: “Criticar é fácil, quero ver é como o Congresso vai enfiar a pasta de dente de volta ao tubo, caso ocorra o buraco negro”. O líder tucano disse que era necessária uma atitude construtiva para evitar uma situação incontrolável no País. “O Plano Collor 2 foi feito de forma autoritária e com erros técnicos, mas deve ser aprovado para evitar um declive, como aconteceu com a Argentina”, argumentou.

O líder do PMDB repetia que o apoio do partido se prendia à condição provisória (validade de apenas seis meses) da política salarial em votação. “Amanhã mesmo começaremos a trabalhar em uma política salarial definitiva”, afirmou Correa.

Borges e o deputado Tony Gel (PRN-PE), outro defensor do projeto, receberam vaias de cerca de 30 sindicalistas da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Os seguranças reprimiram a manifestação e impediram a exibição de uma faixa defendendo “salários justos para os trabalhadores”.